

O Consenso da Comunidade de Investigadores e a Terceiridade do Real em C. S. Peirce: uma réplica a Kirkham

José Francisco dos Santos
Centro Universitário de Brusque – Unifebe
zezinho@unifebe.edu.br

Resumo: Em Peirce, a verdade coincide com a opinião final, que uma comunidade de investigadores presumivelmente chegaria, caso a investigação sobre o tema fosse estendida indefinidamente. Entre outras coisas, essa tese indica a falibilidade de qualquer conclusão sobre matérias de fato, a que qualquer investigador pode chegar num tempo determinado. Essa falibilidade é motivada, por um lado, pelas limitações da nossa investigação, e, por outro, pelo caráter incerto do próprio objeto. Essa incerteza se deve à ação do Acaso, como elemento constituinte das coisas, e corresponde à categoria da primeiridade. O caráter de generalidade, que permite nossa compreensão do universo, se deve à formação de hábitos de ação, resultado da repetição de eventos. Esse é o elemento da terceiridade. Em Peirce, a terceiridade não corresponde apenas a uma categoria do pensamento, mas possui seu correlato real no “comportamento” das próprias coisas. A generalidade, assim, é real, e representa-la é o objetivo da ciência. Nossas teorias serão verdadeiras se representarem adequadamente o comportamento das coisas. A investigação, se levada a cabo por tempo indeterminado, e por uma comunidade de investigadores, convergirá para uma descrição cada vez mais perfeita da realidade, pois a própria investigação é auto-corretiva, e os erros individuais tenderão a ser superados com o tempo. Quando a idéia do consenso da comunidade de investigadores é tomada sem as considerações de ordem ontológica do autor, a teoria perde sua veia realista, e se torna relativista. Esse desvio de interpretação acontece com alguma frequência.

Palavras-chave: Terceiridade real. Comunidade de investigadores. Realismo. Verdade.

Abstract: In Peirce’s philosophy, truth coincides with the final opinion that a community of inquirers would possibly reach if the inquiry were to be extended indefinitely. This thesis reveals, among other things, the fallibility of any conclusion about matters of fact that an inquirer may reach at any given time. This fallibility is caused, on the one hand, by the limitations of our inquiries and, on the other, by the uncertain character of the object itself. This uncertainty is due to the action of Chance, like a constituting element of things, which corresponds to the category of firstness. The character of generality that allows our understanding of the universe is due to the formation of habits of action resulting from the recurrence of events. This is the element of thirdness. In Peirce, thirdness does not solely correspond to a category of thought, but has its real correlate in the “behavior” of things themselves. So, generality is real, and to represent it is the aim of science. For our theories to be real, they must adequately represent the behavior of things. An inquiry set for an indeterminate period by a community of inquirers will converge to a description of reality increasingly more perfect, since the investigation itself is self-corrective and individual errors will tend to be overcome in time. When the idea of the consensus of the community of inquirers is conceived without the author’s ontological considerations, the theory loses its realistic character and becomes relativistic. This interpretative deviation occurs with some frequency.

Key-words: Real thirdness. Community of inquirers. Realism. Truth.

1. A Análise de Kirkham

A motivação para escrever este texto nasceu da leitura de Kirkham (2003), que faz um longo apanhado das teorias da verdade. O que souo estranho na leitura foi a apresentação do pragmatismo de C. S. Peirce no capítulo intitulado “Teorias não-realistas”. Para o autor, “é notória a inconsistência das observações de Peirce e James sobre a verdade”¹, embora tenha havido tentativas para dar-lhes alguma consistência.

¹ p. 118.

Após apresentar algumas das consideradas inconsistências de Peirce, Kirkham se fixa na noção do acordo final da comunidade de investigadores para dizer que aí está o núcleo da noção peirceana de verdade. Utilizando-se de citações esparsas vai reforçando o papel do consenso na teoria de Peirce, indicando, porém, uma complicação quanto à relação entre esse consenso de opiniões e a realidade objetiva. Para Kirkham, Peirce se confunde ao dizer que uma proposição verdadeira é uma proposição com a qual todos concordariam, se tivessem um número suficiente de experiências relevantes em relação a elas, e que as únicas proposições que poderiam levar a isso são aquelas que refletem a realidade de maneira objetiva. Dessa forma, estaria advogando uma teoria da correspondência. Mas, para Kirkham, Peirce desvia sua atenção para o consenso porque sua teoria acerca da realidade é confusa, pois, ao mesmo tempo, que diz que a realidade é o que é independente de qualquer mente ou de um conjunto finito de mentes, não é independente de todas as mentes. Assim, a equivalência entre verdadeiro e real é meramente accidental, pois a ênfase de Peirce está no fato de que refletir a realidade significa ser objeto de consenso e o seu não-realismo está implícito no fato de que a verdade é, assim, dependente das mentes que produzem tal consenso.

A análise de Kirkham apresenta o que consideramos ser alguns mal-entendidos a respeito do pensamento peirceano, que queremos analisar na seqüência deste texto. Para tanto, pensamos ser necessário reforçar o realismo de Peirce, discorrendo sobre o conjunto de reflexões no qual ele está inserido, sobretudo na noção de terceiridade real. A partir daí, pretendemos ligar essa noção ao consenso final da comunidade de investigadores, o que, acreditamos, ajudará a desfazer os problemas de interpretação verificados no texto de Kirkham.

2. A Terceiridade Real

Na fenomenologia peirceana, as três categorias que inventariam a experiência são referência geral para a compreensão do autor². A categoria da primeiridade é a da qualidade pura, constituída de experiências imediatas, distintas apenas pela qualidade de sentimento, experienciada no presente, e da qual não podemos fazer nenhuma análise.

A segundidade nos mostra os individuais, fatos brutos, que resistem à nossa vontade. Um mundo composto exclusivamente de segundos não seria redutível ao pensamento, pois o segundo é individualidade, e cada individualidade é única. Para fazer essa mediação entre os fatos brutos e a consciência, é necessário um outro elemento: a terceiridade. O terceiro representa e torna-se o elo entre o passado e a intencionalidade para o futuro. Toda representação é um *esse in futuro*, e prediz como algo se comportará com na regularidade de seu comportamento. Essa regularidade só se manifesta no curso do tempo:

Mas aquele elemento de cognição que não é sentimento nem sentido de polaridade é a consciência de um processo, e isto na forma de um sentido de aprendizagem, de aquisição, de crescimento mental, é eminentemente característico da cognição. Este é um tipo de consciência que não pode ser imediato, uma vez que ele demanda um tempo, e isto não meramente porque ele continua através de todo instante daquele tempo, mas porque ele não pode ser contraído a um instante. Ele difere da consciência imediata como uma melodia difere

² Não nos alongaremos aqui na análise das categorias. Para uma compreensão de conjunto acerca desse tema, cfe, Ibri, 1992, p.3-16.

de uma nota prolongada. Nem pode a consciência bipolar de um instante, de uma ocorrência súbita, na sua realidade individual, abarcar possivelmente a consciência de um processo. Esta é a consciência que aglutina nossas vidas. Ela é a consciência da síntese. ³[Ainda:] Todo fluxo de tempo envolve aprendizagem; e toda aprendizagem envolve fluxo de tempo. ⁴

O terceiro é, então, a regra geral que nasce a partir da regularidade do aparecimento dos casos particulares. ⁵

No entanto, a fenomenologia apenas inventaria o mundo das nossas experiências. Peirce vai mais além, perguntando-se acerca da realidade do mundo, que aparece para nós na forma das categorias. A noção de terceiridade real aparece a partir dessa questão, e toca no clássico problema da realidade dos universais. Afinal, se a terceiridade é apenas fato mental, as relações gerais não são características do mundo, mas são apenas um produto lingüístico.

Não poderíamos ter representação de um mundo caótico, formado exclusivamente por individuais, a menos que adotássemos a solução kantiana, o que Peirce não aceita. Para ele, a condição de inteligibilidade, que é característica da terceiridade, é a existência do correlato real dessa categoria. Assim, a regularidade observada é característica de um “hábito de ação” das próprias coisas, que se “comportam” com regularidade, permitindo-nos prever seu comportamento futuro. As leis científicas não são mais que as nossas tentativas de representar essa regularidade.

Um exemplo da argumentação de Peirce em favor do realismo aparece no texto *Hábit* ⁶. Ao comentar acerca da força centrífuga, como exemplo de pseudolei, ou seja, “leis empíricas” advindas da observação, e sujeitas às circunstâncias dessa observação humana, Peirce se pergunta se há algum modo de raciocínio que possa nos assegurar que algumas dessas “leis” são manifestações genuínas da natureza, ou apenas ficções produzidas pela nossa observação deficiente. Se, no teste de uma lei, observamos que algo se perde quando algumas condições são modificadas, isso levaria a crer que a inferência não fala de um “modo universal e vivo de ação”. Mas, se impedida de manifestar-se de um modo, a lei reaparece de outro, mostrando, sobretudo, um poder de se propagar e se reproduzir, então temos aí uma evidência que sua formulação revela um modo genuíno de comportamento do universo, embora não possa ser afirmada de modo absoluto. Peirce mostra, assim, o que o fez optar por uma teoria desse teor, ou seja, a afirmação de uma *terceiridade real*, que subsiste apesar de todas as nossas tentativas errôneas de representação.

3. A Comunidade de Investigadores: Uma Teoria da Investigação

³ CP,1.381, apud Ibri (1992), p. 14. No original: “But that element of cognition which is neither feeling nor the polar sense, is the consciousness of a process, and this in the form of the sense of learning, of acquiring, of mental growth is eminently characteristic of cognition. This is a kind of consciousness which cannot be immediate, because it covers a time, and that not merely because it continues through every instant of that time, but because it cannot be contracted into an instant. It differs from immediate consciousness, as a melody does from one prolonged note. Neither can the consciousness of the two sides of an instant, of a sudden occurrence, in its individual reality, possibly embrace the consciousness of a process. This is the consciousness that binds our life together. It is the consciousness of synthesis.”

⁴ CP, 7,536, idem. No original: “All flow of time involves learning; and all learning involves the flow of time.”

⁵ Conferir CP, 1.337-338.

⁶ CP,7.468-523

Em seu texto *Truth*⁷, Peirce discute algumas noções referentes ao conceito e usos da palavra verdade. Começa afirmando que um “estado de coisas é uma parte constituinte abstrata da realidade, de tal modo que uma proposição é necessária para representá-lo”⁸. Mas como vamos saber se nossa representação é fiel à realidade?

Um pragmaticista responderia a essa questão da seguinte forma: imagine que o anjo Gabriel desceu e me comunicou a resposta do alto de sua onisciência. Isso é possível de se supor; ou isso envolve um absurdo essencial, se se supor uma verdade trazida à inteligência humana? Nesse último caso, verdade é apenas uma palavra inútil, que nunca pode expressar um pensamento humano. (...) Mas se, por outro lado, se concebemos que o segredo deve ser descoberto pela inteligência humana, isso será algo que o pensamento pode perpassar. Agora, pensamento é da natureza de um signo. Nesse caso, se nós pudermos encontrar o método certo de pensar e, seguindo isto, o método certo de transformar os sinais, então verdade não será nada mais nem nada menos que o último resultado para o qual tal método nos levaria, em última instância.⁹

Nessa citação se entrevê uma das idéias fundamentais para a concepção de verdade em Peirce, qual seja, o de uma comunidade de investigação, que levaria a cabo, num intervalo de tempo indefinido, o trabalho de melhoria da nossa representação da realidade. Isso porque só a longo prazo (*long run*), uma representação pode se manifestar como verdadeira, pois consiste em uma representação geral a partir das manifestações perceptuais a que temos acesso. O problema da investigação é justamente a nossa impossibilidade de, num dado momento, determinar os limites de uma lei geral. Essa limitação se deve, segundo Peirce, não apenas pelos nossos próprios defeitos de investigação, mas também porque as leis não estão mecanicamente prontas, mas num contínuo processo de evolução.¹⁰ Segundo Santaella:

A noção de terceiridade, complementar ao conceito de continuidade, é a noção de generalidade. É na definição de signo que generalidade e continuidade encontram sua forma mais simples de expressão. A generalidade tem seu análogo antitético na noção de indeterminação ou incerteza. Segundo Peirce, nenhum signo, por si mesmo, pode ser absolutamente preciso, visto que a relação do signo com seu objeto

⁷ CP, 5.549-573.

⁸ CP, 5. 549. No original: “A state of things is an abstract constituent part of reality, of such a nature that a proposition is needed to represent it”.

⁹ CP, 5. 553. A passagem completa no original é : “The pragmaticist answers this question as follows. Suppose, he says, that the angel Gabriel were to descend and communicate to me the answer to this riddle from the breast of omniscience. Is this supposable; or does it involve an essential absurdity to suppose the answer to be brought to human intelligence? In the latter case, "truth," in this sense, is a useless word, which never can express a human thought. It is real, if you will; it belongs to that universe entirely disconnected from human intelligence which we know as the world of utter nonsense. Having no use for this meaning of the word "truth," we had better use the word in another sense presently to be described. But if, on the other hand, it be conceivable that the secret should be disclosed to human intelligence, it will be something that thought can compass. Now thought is of the nature of a sign. In that case, then, if we can find out the right method of thinking and can follow it out -- the right method of transforming signs -- then truth can be nothing more nor less than the last result to which the following out of this method would ultimately carry us.”

¹⁰ Os limites deste texto impedem que se discorra acerca desse elemento de indeterminação do universo, que implicaria na abordagem das noções de Acaso e Evolucionismo, fundamentais na metafísica peirceana. Remetemos o leitor ao texto de Ibri, 1992, que condensa essas questões de maneira bastante clara e completa. Conferir também Santos, 2001, p. 33-51.

(aquilo que o signo representa) é uma fonte de indefinição na extensão ou aplicabilidade do signo e a relação do signo com o interpretante (o efeito que o signo produz na mente que o interpreta) é uma fonte de indefinição na profundidade (poder conotativo) do signo. Um signo é objetivamente geral na medida em que deixa para o intérprete o direito de completar a determinação por si mesmo. Um signo é objetivamente vago na medida em que, deixando sua interpretação mais ou menos indeterminada, ele reserva para algum outro signo ou experiência possível (interpretante) a função de completar a determinação.¹¹

Como esse processo não pode dar-se por acabado, mas é uma transformação ininterrupta de um signo em outro, um interpretante final só poderá ser atingido no *long run* da investigação. A generalidade provisória que nossos símbolos¹² assumem é uma “forma rudimentar de verdadeira continuidade”¹³. Tal generalidade encontra-se em expansão, com idéias gerais sendo “afetadas” por outras mais gerais, num *continuum* de indeterminação.

A investigação deve estar sujeira, então, a uma auto-corretividade. Esta é, para Peirce, a única justificativa para a validade das inferências indutivas. A garantia do método é que, à medida que continuarmos com o processo de investigação, os erros tendem a ser corrigidos. Essa correção, entretanto, será sempre aproximada, dado que não temos uma uniformidade absoluta da natureza.

O que temos aqui é a noção de falibilismo¹⁴ de Peirce. Nenhuma investigação particular vai garantir a infalibilidade de qualquer teoria. Assim, conforme Misak (1991), para Peirce, *p é verdadeiro se e somente se houver um acordo final a respeito de p*, ou seja, o acordo (*agreement*) é um indicativo de que uma hipótese seja verdadeira.

Cumpramos esclarecer, e este é o objetivo primordial do presente texto, que o acordo final da comunidade de investigadores não estabelece a verdade no sentido de que a hipótese é verdadeira *apenas* porque houve acordo acerca dela. Não podemos desconectar esse acordo de opiniões da noção de terceiridade real, sob pena de perder a ênfase realista de Peirce. O acordo é importante porque ele revela que a opinião dos investigadores tende a aproximação com a realidade, de tal forma que a ciência progride nessa direção. Mesmo que haja erros e crenças falsas, que se estabeleçam por muito tempo, sua falsidade será revelada no processo contínuo da investigação. Mas isso só é possível, porque somos compelidos pelas próprias coisas a irmos corrigindo nossas hipóteses.

4. Considerações Finais

Acreditamos ter levantado alguns elementos para fazer um contraponto à análise feita por Kirkham, apresentada no início. Parece-nos que o principal equívoco deste autor é confundir a noção de verdade com a de investigação, vendo aí confusão e inconsistência na teoria peirceana da verdade. Em que pesem os problemas de edição e volume das obras de Peirce, já dispomos de análises suficientemente esclarecedoras

¹¹ Santaella, 1992, p. 50.

¹² Signos de terceiridade.

¹³ CP, 6.172-3.

¹⁴ Para uma análise mais completa do falibilismo peirceano, bem como questões correlatas acerca da indeterminação ontológica do mundo, cfe. Santos, 2001.

para compreendermos essas questões de modo mais sistemático e unitário. Kirkham, ao enfatizar o acordo de opiniões, vê aí um ingrediente nominalista, que Peirce reiteradamente rejeita. A verdade não depende desse acordo, mas apenas ele poderá, ao longo do processo de investigação, aproximar-se dela. E essa aproximação se faz porque nossas teorias vão ao encontro da realidade, representando-a cada vez melhor, mas não de maneira cabal e completa. A referência, portanto, é a própria realidade.

Assim, podemos concluir que a verdade para Peirce consiste sim na correspondência com os fatos, como Kirkham concluiu parcialmente, e que o acordo de opiniões não é constituinte dessa realidade, num sentido kantiano, mas a forma mais aproximada que temos de adequar a ela nossa representação. Seus limites são a expressão da falibilidade dos nossos métodos de conhecer, aliados aos elementos de indeterminação que a própria realidade apresenta.

Referências bibliográficas

- HARSTHORNE, Charles; WEISS, Paul & BURKS, Arthur(eds.). *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, i vols, 1931-35 e 1958.
- IBRI, IVO ASSAD. *Kosmos Noetos: Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- KIRKHAM, RICHARD L. *Teorias da Verdade*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2003.
- MISAK, C. J.(1991) *Truth and the End of Enquiry: a Peircean Account of Truth*. New York: At Clarendon Press.
- SANTAELLA, L.(1985). *O Que é Semiótica*. São Paulo, Perspectiva.
- _____ (1992). *A Assinatura das Coisas*. Rio de Janeiro, Imago.
- SANTOS, JOSÉ FRANCISCO DOS. *A Noção de Falibilismo em C. S. Peirce*. São Paulo. PUC/SP. Dissertação de Mestado, 2001.